PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

SELEÇÃO PÚBLICA PARA

CONCILIADOR

INFORMAÇÕES GERAIS:

- Neste caderno, consta um conjunto de OITO PÁGINAS, contendo (50) CINQUENTA questões;
- **NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO**

INSTRUÇÕES

- **Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta:**
- Nome, número do documento de identidade, número de inscrição.
- Se houver erro, notifique o fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.

CADERNO DE QUESTÕES

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de QUATRO HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação do seletivo.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PIAUÍ

ESMEPI

1. "A grande maioria dos juristas, entre os quais citamos Storn, Windscheid, Gierke, Clóvis Beviláqua, Vicente Raó, Whashington de Barros Monteiro, sustenta que o costume jurídico é formado por dois elementos necessários: o uso e a convicção jurídica, sendo portanto a norma com a convicção de sua necessidade jurídica" (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria Geral do Direito Civil. Ed. Saraiva).

No que concerne aos costumes, assinale a alternativa correta:

A) A continuidade, a uniformidade, a diuturnidade, a obrigatoriedade e a moralidade são condições para a vigência do costume.
B) Apesar de ser fonte formal do direito, especialmente do direito civil, o magistrado não pode aplicá-lo de ofício, sendo necessário que, quem o alegue, prove de qualquer modo a sua existência.
C) O costume praeter legem é aquele que se forma em sentido contrário ao da lei, revogando-a implicitamente ou produzindo a própria não aplicação da lei.
D) Quando o costume se reveste de caráter supletivo, suprindo a lei nos casos omissos, diz-se que há costume secundum legem. É o exemplo de costume que é utilizado nas hipótese de lacuna.

2. Far-se-á averbação em registro público:

A) da emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
B) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
C) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
D) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

3. No que pertine aos defeitos do negócio jurídico, pode-se dizer que:

A) O falso motivo vicia a declaração de vontade mesmo quando não expresso como razão determinante e a transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
B) O erro é substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
C) O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante legal, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
D) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

4. A revolução francesa influenciou a concepção do contrato no sentido:

A) da necessidade de intervenção estatal no conteúdo do contrato para garantir a igualdade material.
B) de determinação de que uma das partes do contrato de adesão sempre será a parte mais fraca.
C) de valorização do pacta sunt servanda.
D) da aplicação do dirigismo contratual às relações privadas.

5. A exceptio non adimpleti contractus:

A) está diretamente relacionada ao princípio da relatividade dos efeitos do contrato, já que este não pode prejudicar terceiro que dele não participou.
B) é uma medida de defesa utilizada por quem, de direito, aguarda que o outro contratante cumpra primeiro a sua parte no contrato.
C) existe nos contratos bilaterais e unilaterais, desde que se tratem de contratos onerosos.
D) d) não tem guarida no nosso ordenamento jurídico brasileiro.

6. Se, na evicção, a perda for parcial, mas não considerável, o evicto:

A) Não pode demandar pela responsabilização do alienante.
B) Pode optar entre o desfazimento do contrato e a indenização pertinente à parte perdida.
C) Somente pode requerer o desfazimento do contrato.
D) Somente pode requerer a indenização pela parte perdida.

7. No que tange aos vícios redibitórios, se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa,

A) restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, ou parte dele, mais as despesas do contrato.
B) o vendedor ficará isento de responsabilidade sobre os vícios redibitórios.
C) responderá tão somente pelo valor da coisa ou abatimento do preço. Se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
D) a questão será tratada da mesma forma como se desconhecesse o vício, afinal, a garantia contra vícios redibitórios funda-se no princípio da garantia.

8. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, "se a empresa cinematográfica permite a entrada de produtos adquiridos nas suas dependências e interdita o adquirido alhures" (RESP 744.602), pode-se dizer que:

A) configura-se exercício legal de direito da empresa cinematográfica, tendo em vista que ainda é deixada ao consumidor a opção de não-compra do produto.
B) tal interdição é legítima tendo em vista que a venda de produtos alimentares configura essência de sua atividade comercial, equiparando-se a bares e restaurantes.
C) há configuração de defeito do produto ou serviço, sendo possível exigir-se sua anulação, dentro do prazo decadencial legal previsto para reclamar tais defeitos no serviço prestado.
D) configura-se em venda casada, sendo vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, já que se trata de prática abusiva.

9. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço,

A) prescreve em 5 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
B) prescreve em 2 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir da ocorrência do fato.
C) decai em 5 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir da ocorrência do fato.
D) decai em 2 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

10. Nas questões processuais que se invoca a inversão do ônus da prova, pode-se dizer que:

A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a fase adequada é a própria sentença quando reconhece o direito do autor.
B) Segundo o Código de Defesa do Consumidor, deve se dar no despacho saneador ou, no máximo, no momento processual que sucede a manifestação da parte demandada.
C) O Código de Defesa do Consumidor não menciona o momento processual em que a ela deve ocorrer. Mas, segundo o entendimento do STJ, ela deve ocorrer, preferencialmente, na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, em fase que possibilite a manifestação da parte contrária sobre tal inversão.
D) Independentemente de intimação da parte contrária, a jurisprudência tem admitido que a inversão pode se dar em qualquer fase entre o despacho inicial e o fim da instrução processual.

11. Não é caso legal que permite a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade quando,

A) em detrimento do consumidor, houver fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
B) houver abuso de direito contra o consumidor.
C) o encerramento ou inatividade da pessoa jurídica foram provocados por má administração.
D) os sócios tornarem-se civilmente incapazes de praticar os atos da vida civil.

12. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, considere as assertivas:

I - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Porém, o serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

II - O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. No que pertine à responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, esta será apurada mediante a verificação de culpa.

III - O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. Porém, o produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Estão corretas, somente:

A) I e II;
B) II e III;
C) I e III;
D) I, II e III.

13. No que pertine à proteção do crédito do consumidor e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça,

A) É indispensável o aviso de recebimento na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
B) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
C) Cabe ao fornecedor que solicitou a negativação e não ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.
D) A inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, três anos.

14. No que pertine a recursos, segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que:

A) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, são admitidos os embargos infringentes.
B) Formulado pedido certo e determinado, tanto o autor quanto o réu tem interesse recursal em argüir o vício da sentença ilíquida.
C) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho se o segurado estiver assistido por advogado.
D) A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da secretaria e não pela data da entrega na agência do correio.

15. Acerca da natureza jurídica da ação, pode-se dizer que, segundo a Teoria Eclética,

A) A ação é o próprio direito material colocado em movimento, a reagir contra a ameaça ou violação sofrida.
B) Existe o direito de ação quando presentes determinadas condições, mesmo que inexistente o direito material. O que importa para a configuração da ação, segundo Liebman, são os requisitos da existência da ação, que seriam a legitimação para agir, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido. Somente se elas estiverem presentes o juiz estará obrigado a julgar o pedido.
C) O direito de ação é autônomo, não se confundindo com o Direito Civil, já que se dirige contra o Estado. Partiu da contribuição de Muther, sendo desenvolvida por Wach, especialmente no que pertine à ação declaratória.
D) Defendida por Chiovenda, ação é o poder jurídico de dar vida à condição para a atuação da vontade da lei, ou seja, é o direito de obter uma atuação concreta da lei em face de um adversário, sem que este possa obstar que a atividade jurisdicional se exerça.

16. Não é caso de impedimento do juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

A) em que oficiou como perito.
B) que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
C) quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consangüíneo ou afim, em linha colateral até o segundo grau.
D) quando alguma das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.

17. Acerca do que dispõe o Código de Processo Civil sobre prazos no procedimento ordinário, é correto afirmar que:

A) O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz não é contínuo pois interrompe-se nos feriados.
B) A superveniência de férias não suspende o curso do prazo, no entanto, o último dia será o primeiro dia útil seguinte ao término das férias.
C) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.
D) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

18. É cabível a nomeação à autoria:

A) à ação de indenização, intentada pelo proprietário ou pelo titular de um direito sobre a coisa, toda vez que o responsável pelos prejuízos alegar que praticou o ato por ordem, ou em cumprimento de instruções de terceiro.
B) ao proprietário ou possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
C) contra o devedor, na ação que o fiador for réu.
D) a quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu.

19. É de competência originária do Superior Tribunal de Justiça o julgamento:

A) dos mandados de segurança e dos habeas data contra ato de Ministro de Estado.
B) das causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
C) nas infrações penais comuns, do Procurador Geral da República.
D) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

20. No que pertine aos servidores públicos, segundo o Supremo Tribunal Federal,

A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
B) Não ofende a constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.
C) O direito ao auxílio-alimentação estende-se aos servidores inativos.
D) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

21. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

A) independência nacional.
B) prevalência dos direitos humanos.
C) autodeterminação dos povos.
D) intervenção.

22. Assinale a alternativa incorreta. Segundo a CF, no Brasil, não haverá penas:

A) de morte, em hipótese alguma.
B) de caráter perpétuo.
C) de trabalhos forçados.
D) de banimento.

23. Compete privativamente à União legislar sobre, exceto:

A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
B) desapropriação.
C) requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

24. Acerca das funções do princípio da legalidade, apontados pela moderna dogmática penal, assinale a alternativa incorreta:

A) A faceta política do princípio da legalidade é a de garantia, ou seja, a de proteger o cidadão contra a violência estatal.
B) O princípio da legalidade não apenas exclui as penas ilegais, mas através da sua função constitutiva também constitui a pena legal.
C) O princípio da legalidade abrange tão somente a criação de crimes e a cominação de penas, mas não rege seu cumprimento durante a execução penal.
D) Do ponto de vista da funcionalidade do sistema jurídico, o princípio da legalidade tem enorme relevância, na medida em que se assume, como função principal do Direito Penal, a prevenção geral dos delitos.

25. Assinale a alternativa correta, sobre o crime culposo:

A) A culpa in ommittendo significa uma atitude positiva consistente no agir sem cautela.
B) A culpa in committendo consiste na abstenção dos atos de cuidado necessário.
C) A chamada "imprudência qualificada", segundo opinião dominante, está necessariamente inserida no âmbito profissional.
D) O chamado "erro profissional", segundo a doutrina e a jurisprudência, sempre configura imperícia.

26. O Código Penal pátrio, quanto ao local do crime, adotou expressamente a:

A) Teoria da ação
B) Teoria do evento
C) Teoria da intenção
D) Teoria pura da ubiqüidade

27. Sobre as espécies de dolo, segundo a doutrina, assinale a alternativa incorreta.

A) O dolus in re ipsa é admitido nos sistemas jurídicos modernos, a fim de se evitar a impunidade.
B) O dolo de propósito é aquele em que há tempo de reflexão entre a decisão e a ação criminosa.
C) O dolo de ímpeto consiste na situação em que a ação criminosa é fruto de um impulso imediato e pouco refletido.
D) O dolo consecutivo surge na hipótese em que depois de uma conduta praticada culposamente ou mesmo sem culpa o agente aprova o resultado, encampa-o com sua vontade.

28. Acerca do crime de corrupção passiva, assinale a alternativa incorreta:

A) Apenas a solicitação de vantagem indevida não configura o delito de corrupção passiva, sendo necessário o seu recebimento, por se tratar de crime material.
B) Configura-se o delito de corrupção passiva ainda que a vantagem solicitada seja para outrem e não para si.
C) O servidor que aceita a promessa de vantagem indevida pratica o crime de corrupção passiva.
D) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

29. A autoridade policial instaurou o inquérito policial por meio de portaria, a fim de investigar um crime de latrocínio. Dessa forma, qual o prazo para a conclusão do presente inquérito policial?

A) 10 dias
B) 15 dias prorrogáveis por mais 15 dias
C) 30 dias
D) 90 dias prorrogáveis por mais 90 dias

30. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I – A garantia do juiz natural, segundo a doutrina, é assegurar a imparcialidade do julgador e, por isso, tem sido pacificamente aceita a possibilidade de criação de justiças especializadas, que não são incompatíveis com a vedação de instituir tribunais de exceção.

II – Tem predominado que o foro por prerrogativa de função, determinado por critérios prévios que se

relacionam com o exercício de determinada função pública, não viola a garantia do juiz natural.

III- O STJ e o STF já decidiram que o princípio do juiz natural não impede as modificações de competência decorrentes de normas posteriores regularmente editadas.

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) V, V e F.
C) Todas as assertivas são falsas.
D) F, V e F.

31. Acerca da representação do ofendido, nos casos de ação penal pública condicionada, assinale a alternativa incorreta:

A) Caso o ofendido tenha falecido, poderá representar o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, na presente ordem de preferência.
B) A representação pode ter por destinatário a autoridade policial, judiciária e o Ministério Público.
C) A representação pode ser formulada oralmente ou por escrito, pessoalmente pelo ofendido ou por procurador, com poderes especiais.
D) A representação deverá ser apresentada no prazo de 06 meses, contados da prática delituosa, sob pena de decadência.

João fora pronunciado pelo juiz sumariante do Tribunal do Júri e seu advogado interpôs o recurso cabível, conforme previsto no CPP. No entanto, o juiz negou seguimento a referido recurso, por entendê-lo intempestivo. Com base no presente caso, responda as duas questões de nº 32 e de nº 33 abaixo:

32. Qual o recurso interposto para se atacar a decisão de pronúncia?

A) Apelação.
B) Agravo.
C) Recurso em Sentido Estrito.
D) Correição parcial.

33. Como o juiz negou seguimento ao recurso interposto da pronúncia, assinale a alternativa que prevê o recurso cabível contra a decisão do juiz que denegou seguimento ao referido recurso:

A) Recurso em Sentido Estrito.
B) Carta Testemunhável.
C) Agravo.
D) Apelação.

34. Assinale a alternativa incorreta. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas de natureza:

A) alimentar.
B) falimentar.
C) fiscal.
D) cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

35. Não é competente, para as causas previstas na Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível do foro:

A) do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
B) do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
C) do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
D) das causas as relativas a acidentes de trabalho.

36. Assinale a alternativa incorreta, com base na Lei 9099/95:

A) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
B) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
C) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, necessariamente, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.
D) Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

37. 4. Assinale a alternativa incorreta. O processo instaurar-se-á, no Juizado Especial Cível, com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado, sendo que:

A) do pedido constarão o nome, a qualificação e o endereço das partes.
B) do pedido constarão os fatos e os fundamentos, de forma sucinta.
C) do pedido constarão o objeto e seu valor.
D) Não é lícito formular pedido genérico, mesmo quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

38. Acerca da conciliação, no Juizado Especial Cível, assinale a alternativa incorreta.

A) aberta a sessão de conciliação, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as conseqüências do litígio.
B) A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.
C) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e

homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

D) Não comparecendo o demandado na sessão de conciliação, o Juiz leigo ou o conciliador proferirá sentença.

39. No juizado Especial Criminal, será designada audiência preliminar, aonde se tentará a composição civil entre a vítima e o autor da infração. Assim, assinale a alternativa incorreta sobre a composição civil.

A) caso haja a composição civil o juiz a homologará por sentença recorrível.
B) a composição civil implicará em renúncia ao direito de queixa, nas hipóteses de ação penal privada.
C) a composição civil implicará em renúncia ao direito de representação, nas hipóteses de ação penal pública condicionada.
D) A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

40. Assinale a alternativa incorreta, sobre a competência e os atos processuais do Juizado Especial Criminal.

A) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que reside a vítima.
B) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
C) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados e não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
D) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

41. Com base nos enunciados cíveis do Fonaje, assinale a alternativa incorreta.

A) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.
B) Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial.
C) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde de que identificado o seu recebedor.
D) É necessária a presença do juiz togado ou leigo na Sessão de Conciliação

42. Com base nos enunciados cíveis do Fonaje, assinale a alternativa correta.

A) A sentença que homologa o laudo arbitral é recorrível.
B) As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais são admissíveis nos Juizados Especiais.
C) O condomínio residencial não poderá propor ação no Juizado Especial, nas hipóteses do art. 275, inciso II, item b, do Código de Processo Civil.
D) A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.

43. Com base nos enunciados criminais do Fonaje, assinale a alternativa incorreta.

A) A ausência injustificada do autor do fato à audiência preliminar implicará em vista dos autos ao Ministério Público para o procedimento cabível.
B) O Ministério Público, oferecida a representação em Juízo, poderá propor diretamente a transação penal, independentemente do comparecimento da vítima à audiência preliminar.
C) Não é cabível o encaminhamento de proposta de transação por carta precatória.
D) Nas hipóteses em que a condenação anterior não gera reincidência, é cabível a suspensão condicional do processo.

44. Com base nos enunciados criminais do Fonaje, assinale a alternativa correta.

A) Não é cabível, quando necessário, interrogatório por carta precatória, por ferir os princípios que regem a Lei 9.099/95.
B) A proposta de transação de pena restritiva de direitos não é cabível, quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa.
C) Na vigência do sursis, decorrente de condenação por contravenção penal, não perderá o autor do fato o direito à suspensão condicional do processo por prática de crime posterior.
D) O início do prazo para o exercício da representação do ofendido começa a contar do dia do fato delituoso, observado o disposto no Código de Processo Penal ou legislação específica. Qualquer manifestação da vítima que denote intenção de representar vale como tal para os fins do art. 88 da Lei 9.099/95.

45. Com base nos enunciados da Fazenda Pública do Fonaje, assinale a alternativa incorreta:

A) Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis.
B) Não é cabível, nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o litisconsórcio ativo, ficando definido, para fins de fixação da competência, o valor individualmente considerado de até 60 salários mínimo.
C) Não há prazo diferenciado para a Defensoria Pública no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
D) É de 10 dias o prazo de recurso contra decisão que deferir tutela antecipada em face da Fazenda

Pública.

46. Quanto aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta.

A) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
B) A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.
C) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência.
D) Nas causas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública haverá reexame necessário.

47. Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do respectivo ente da Federação. E, enquanto não forem publicadas tais leis, os valores quanto aos Estados e ao Distrito Federal serão de até:

A) 40 (quarenta) salários mínimos.
B) 30 (trinta) salários mínimos.
C) 20 (vinte) salários mínimos.
D) 10 (dez) salários mínimos.

48. Assinale a alternativa incorreta, com base no EOAB São direitos dos advogados, ingressar livremente:

A) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
B) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;
C) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;
D) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, ainda que não esteja munido de poderes especiais;

49. Analise as assertivas abaixo, acerca das regras que regem o procedimento da conciliação/mediação a serem observadas pelos conciliadores/mediadores e assinale a alternativa correta.

I - Informação - dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa, informando sobre os princípios deontológicos, as regras de conduta e as etapas do processo;

II - Autonomia da vontade - dever de respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo e de interrompê-lo a qualquer momento;

III - Ausência de obrigação de resultado - dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles;

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) Todas as assertivas são falsas.
C) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
D) Apenas uma assertiva é verdadeira.

50. Analise as assertivas abaixo, acerca dos princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais, assinalando a alternativa correta.

I - dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

II - dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido;

III - dever de possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma estipulada pelo CNJ, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada;

IV - dever de atuar com liberdade, sem sofrer qualquer pressão interna ou externa, não sendo permitido recusar, suspender ou interromper a sessão;

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) Todas as assertivas são falsas.
C) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
D) Apenas três assertivas são verdadeiras.